

Fazer pesquisa em Angola: Notas sobre pesquisa histórica e documental¹

Dayane Augusta Santos da Silva²

Artigo recebido em: 10/07/2022

Artigo aprovado em: 23/02/2023

Resumo:

Trata-se de notas de pesquisa histórica e documental de tese de doutorado que aborda a participação e as experiências de mulheres angolanas, algumas delas camponesas, no quadro da luta armada pela independência de Angola, entre os anos de 1961-1974. No que se refere ao trabalho de campo, por meio das rotas percorridas, entre Brasília, Luanda e Lisboa, pesquisas de arquivos e entrevistas, busca-se abordar os aspectos e as estratégias utilizadas para a realização do estudo mencionado. O ensaio problematiza o acesso a fontes manuscritas, de arquivos, entrevistas explanando escolhas teóricas e metodológicas, caminhos de pesquisa, temáticas e discussões centrais nos estudos de gênero em Angola.

Palavras-chaves: Mulheres angolanas; estudos de gênero em Angola, arquivos; documentos; rotas.

Abstract:

These are historical and documentary research notes for a doctoral thesis that addresses the participation and experiences of Angolan women, some of them peasants, in the context of the armed struggle for Angola's independence, between the years 1961-1974. With regard to fieldwork, through the routes traveled between Brasília, Luanda and Lisbon, archive research and interviews, we seek to address the aspects and strategies used to carry out the aforementioned study. The essay problematizes

¹ A pesquisa da qual se origina esse manuscrito foi possibilitada pelo financiamento do Instituto Federal de Brasília- IFB, por três anos e nove meses, com licença remunerada, por meio de edital de seleção interna para concessão de afastamento para participação de servidores em cursos de pós-graduação. Contou ainda com o financiamento da Capes/CNPq, que, por dois meses, custeou esta investigação até que eu abrisse mão da bolsa. Recebeu também apoio da FAP/DF, que financiou a primeira visita técnica que fiz a Luanda, em 2018.

² Professora de História no Instituto Federal de Brasília. cursou História na Universidade de Brasília (2005-2010), onde também fez mestrado (2014) e doutorado (2021), ambos em História Social. Também lecionou História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás entre 2014 e 2017. Tem experiência em debates relacionados com os estudos africanos, as mulheres africanas e a resistência africana contra o colonialismo português. Publicou estudos sobre a experiência e agência das mulheres angolanas na luta anticolonial, historiografia, feminismos africanos, discursos sobre a África no período pós-colonial, identidades africanas, negras, diaspóricas - Brasil, Angola e Portugal e educação antirracista. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal de Brasília e da Rede de Historiadores/as Negros/as. Atuou como membro do conselho editorial da revista Em Tempos de História, editada pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em História (Universidade de Brasília). Foi membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais (Instituto Federal de Goiás). Por fim, realizou estudos e pesquisas no Porto (Portugal, 2008), Campinas (Brasil, 2012), Luanda (Angola, 2018 e 2019) e Lisboa (Portugal, 2019).

access to manuscript sources, archives, interviews, explaining theoretical and methodological choices, research paths, themes and central discussions in gender studies from Angola.

Keywords: Angolan women; gender studies in Angola; files; documents; routes

Introdução

Se o sujeito se constitui na experiência, e a experiência é a história do sujeito³, a pesquisa resulta da vivência, dos afetos e desafetos, encontros e desencontros, da relação que necessariamente estabelecemos com outras pessoas, sejam facilitadores, investigadores e investigadoras, nacionais e estrangeiros, entrevistadas, arquivistas, orientadores ou sujeitos do passado⁴.

Uso o termo pesquisa, no sentido de trânsitos, ação, movimento, propositadamente, na intenção de incluir e enfatizar o caráter ativo desse processo nos seus mais diferentes níveis, quer intelectuais quer emocionais. Pesquisa envolve cuidado, disciplina e método, mas também paixão, experimentação, generosidade, trocas e toda essa atividade não acontece sem movimento⁵. São dinâmicas iniciadas nos caminhos e rotas (no sentido literal do termo) que fazemos para a Universidade, arquivos e entrevistas. No contato, diálogos, balanços e reflexões que realizamos. No que observamos e deixamos de observar nesses trajetos.

No caso da pesquisa de campo em Angola, a movimentação convergiu também para o encontro e troca de experiências com jovens investigadoras negras brasileiras. Exemplos dessas intelectuais não nos faltam, como Yérsia Assis⁶, Mille Fernandes⁷, Santa Julia da Silva⁸ e Jacqueline Santos⁹, que têm despontado no cenário acadêmico do Brasil em relação à História de Angola. Todas

³ Uso o termo “experiência” nos termos de Joan W. Scott, para quem a experiência é a história do sujeito, e por meio dela é constituído. SCOTT, Joan W. Experiência. In SILVA, Alcione Leite da; SOUZA, Mara Coelho de Lago; e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs., *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55. Disponível em https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf. Acesso em 18/06/2021.

⁴ Inferência de pesquisa que envolve a simbiose entre pensamento, empiria e emoção, como um sistema interdependente, analogicamente às entranhas do estômago e o intestino. O que indica a recusa à ideia de uma neutralidade, afastamento e frieza da pesquisadora em relação ao seu objeto de estudo.

Referência à exposição “A vida secreta dos intestinos”, realizada em Lisboa de outubro de 2019 a janeiro de 2020. Disponível em <https://www.pavconhecimento.pt/pum-a-vida-secreta-dos-intestinos/>. Acesso em 18/05/2021.

⁵ Rigor, método e disciplina nos termos do CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

⁶ ASSIS, Yérsia. *África e seus legados: entrecruzando Brasil e Angola nos caminhos do ensino superior*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2021. Tese de Doutorado.

⁷ FERNANDES, Mille. *De Angola à Nilo Peçanha: traços da trajetória histórica e da resistência cultural dos povos kongo/angola na região do Baixo Sul*. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC. Salvador, 2020. Tese de Doutorado.

⁸ SILVA, Santa Julia. *O Reino do Bailundo e os modos de viver e narrar as tradições: fragmentos de uma Angola Contemporânea*. Campinas: Unicamp, 2020. Tese de Doutorado.

⁹ SANTOS, Jacqueline Lima. *Imaginando uma Angola pós-colonial: a cultura HipHop e os inimigos políticos da Nova República*. Campinas: Unicamp, 2019. Tese de Doutorado.

investigadoras mulheres, negras, formadas em universidades públicas, das Ciências Humanas, de áreas e Estados do Brasil diferentes¹⁰.

Concordo com Patrícia Hill Collins quando ela explica que essas intelectuais negras têm feito uso do seu *status* de *outsider within* para produzir um pensamento capaz de refletir um ponto de vista especial. Em outras palavras, a pesquisadora expõe que intelectuais negras têm um ponto de vista particular sobre suas experiências (e de outras mulheres igualmente negras) e traz à luz questionamentos de domínio e objetividade sobre as quais as normas acadêmicas são edificadas¹¹.

Seus trabalhos têm revisitado conceitos e questionado sentidos e, como Assis aponta, no resultado de suas pesquisas, considero ter “as novas perspectivas críticas que contribuem para a reorientação de conteúdo, auxiliando, assim, em outros modelos pedagógicos e mesmo indicando a importância de se aproximar do continente e suas dinâmicas com outras lentes e experiências”¹².

Dizer isso significa reconhecer a dinamicidade desse processo, calcado nos interesses e buscas intrínsecas às curiosidades da pesquisadora e pesquisador, marca da experiência com a História, nos usos e desusos que dela fazemos e na convergência do tema e fontes de estudos.

O que dizem os arquivos?

Neste percurso, relativo à pesquisa da história das mulheres angolanas no contexto de luta anticolonial, à medida que o tema foi ganhando cores, rostos, emoções, subjetividades e o contato — por meio da experiência com as mais diferentes fontes de pesquisa, quer sejam jornais, documentos e relatórios oficiais, quer sejam entrevistas, fotos, convívio e influência de diferentes pessoas —, Angola, aos poucos, singularizou-se¹³. Infelizmente minhas visitas foram realizadas especificamente à Luanda¹⁴. Sei que Angola não é Luanda. Esse país da África Central é formado por mais de 160 municípios e 18 províncias administrativas, várias línguas, povos e organizações políticas dentro do

¹⁰ Destaco ainda o trabalho da pesquisadora brasileira PEREGRINO, Miriane. *Luanda Slam: a literatura angolana fora da página*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Tese de Doutorado; e da doutoranda e investigadora romena no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, VASILE, Iolanda, cujo trabalho, que se desdobra sobre o papel desempenhado pelas mulheres no eclodir das lutas de libertação, de 1945-1961, em vias de conclusão, não citarei.

¹¹ COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 31, N. 1, p. 99-127, janeiro/abril 2016. p. 99. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em 17/10/2018.

¹² ASSIS, op. cit., p. 58.

¹³ “Fonte” aqui entendido nos termos de Henry Rousso, como o conjunto de vestígios do passado que os homens, mulheres e o tempo conservaram, voluntariamente ou não – sejam eles escritos, sonoros, audiovisuais, fotográficos. ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício de uma falta. In *Revista de Estudos Históricos*. RJ, V. 9, n 17 (1996). p. 2 Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019> Acesso em 10/04/2020.

¹⁴ Estive em Luanda pela primeira vez em 2018, em visita técnica financiada pela FAP/DF, no âmbito do edital 01/2018 de seleção pública de propostas de apoio à participação em eventos, cursos de curta duração e visitas técnicas de natureza científica, tecnológica e de inovação. Retornei em 2019, para o doutorado- sanduíche.

território angolano¹⁵. Mas, os percursos da pesquisa e as limitações orçamentárias e de tempo a pesquisa me forçaram a fazer esse recorte.

Na viagem que realizei em 2018, vários conceitos, representações e percepções foram alterados. Com intenção, busquei observar fenômenos outros, além dos problemas estruturais convencionalmente atribuídos à “África” e “africanos”, comuns também à sociedade brasileira. Como destaca Oliva, “o incômodo não está em divulgar os problemas enfrentados pelos países africanos, mas sim de somente fazer referência ao continente africano a partir desses problemas”¹⁶.

Como as mulheres reagiram ante os desafios impostos pela luta anticolonial? Quem são as mulheres angolanas? Como angolanas contam a sua própria história? Como a história e a memória sobre esse passado-recente se organizam? São perguntas que evocam temas vastos e complexos, que me acompanharam ao longo das visitas que realizei, mas que não tive a menor pretensão de esgotar. Encontrar caminhos, por meio das rotas que essas indagações apontaram, sim.

Em Luanda, a pesquisa foi construída através de alicerces que transcenderam as estruturas institucionais consolidadas. Foram tecidas no cotidiano, nos encontros com intelectuais angolanos/as, investigadoras brasileiras, nas conversas do táxi, no restaurante, nas ruas. Conversas iniciadas muitas vezes no simples vislumbre da capa de um livro ou no “puxa-palavra”. Assim acessei pessoas, arquivos, documentos privados, bibliotecas e memórias.

Como se sabe, muitos homens e mulheres ativos nesse longo processo de luta de libertação eram pessoas letradas e produziam fontes textuais e visuais contra o colonialismo, em português e nas línguas nacionais, com o fito de convencer o maior número possível de pessoas à causa anticolonial.

Existem vestígios da multiplicidade dessas vozes nas fontes produzidas por angolanos e portugueses, concentradas tanto em Angola quanto em Portugal. Oral, escrito ou visual, trata-se de material vertido de diferentes linguagens, não dissociado do contexto daquele presente, produzido por indivíduos singulares, que a princípio buscavam a libertação política de Angola.

A leitura dessas fontes demanda uma recontextualização que implica compreender “a lógica, no tempo e no espaço, do ator ou da instituição que produziu este ou aquele documento”¹⁷. É provável que Henri Rousso pouco soubesse da história de Angola. No entanto, seu aviso serve de alerta ao lembrar-nos que existe um abismo entre aquilo que o autor do documento pôde ou quis dizer, o

¹⁵ APARÍCIO, Alexandra. Fontes e contextos do Arquivo Nacional de Luanda: entrevista com Alexandra Aparício. In *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. N. 12, 2017. p. 240. Disponível em <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/fontes-e-contextos-do-arquivo-nacional-de-angola-entrevista-com-alexandra-aporicio/> Acesso em 10/04/2020.

¹⁶ OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico* (1990-2005). Brasília: tese de doutorado, UnB, 2007. 197.

¹⁷ ROUSSO, op. cit., p. 89.

contexto que o manuscrito exprimiu e a interpretação que os historiadores fazem a partir dessa leitura. É processo que revela nossa alteridade com o tempo e o passado¹⁸.

Parte do acervo que consultei para constituir o contexto de guerras encontra-se no Arquivo Nacional de Luanda. No caso do século XX, Alexandra Aparício afirma existir em torno de 10 km de documentos especificamente dos anos de 1975¹⁹. No que tange aos estudos de gênero, dos anos 1961-1975, existe pouca concentração documental neste arquivo. Quanto ao período pesquisado, o Arquivo do MPLA, até o momento fechado para visitação, ou aberto para um público muito específico, concentra maior número de informa es.

Por outro lado, o Arquivo da *Associa o Tchiveca de Documenta o* (ATD), um centro de documenta es conservadas por Lúcio Lara, privado, e sem fins lucrativos, agrupa maior número de pesquisadores, em sua maioria estrangeiros, pela facilidade de acesso e organiza o²⁰. Foi onde encontrei parte do material visual que analiso, como, por exemplo, o conjunto de cartazes e postais, publicados em forma de catálogo pela ATD, elaborados por estrangeiros e nacionais, com o fito de conferir visibilidade   participa o de homens e mulheres na luta de liberta o.

Neste acervo, localizei ainda fotos de mulheres e crianças an nimas que lutaram em zonas remotas, afastadas dos principais centros urbanos, precisamente onde ocorreu a guerra ou onde se refugiaram fugindo da repressão. São imagens reproduzidas e circuladas a serviço da luta de liberta o, muitas delas usadas no imaginário e propaganda de guerra de diferentes partes do mundo, como a foto ou desenho clássico da heroína combatente, de uma mulher jovem e bonita, carregando o beb  nas costas ou no lado de um braço, e a arma na mão.   material atravessado por polissemias, alguns com autoria, outros sem, disponibilizado para consulta pela ATD.

Na escassez de material sobre o tema, outro ponto de partida na pesquisa foram os jornais. Na primeira ida   Luanda (2018), os consultei no acervo de jornais da Biblioteca Nacional. Na segunda viagem (2019), as consultas ocorreram na Biblioteca do Governo Provincial. No geral, os periódicos estão bem preservados, embora existam partes cortadas e outras notícias não tão visíveis, tendo em vista o tempo de uso, os danos causados por mofo e o estado geral de conserva o. Nestes noticiários, figurados pela administra o colonial portuguesa, salvo raras exce es, vigorou em todo o período analisado, de 1961 a 1975, a exotiza o e estereotipiza o das mulheres angolanas, tratadas como objetos, numa época em que eram poucos os meios de quebra das normas masculinistas e dos silêncios impostos às mulheres. Em norma, os limites eram outros.

A pesquisa nos jornais tratou de ampliar as possibilidades da investiga o na busca de maior número de informa es sobre as a es humanas de mulheres no passado (colonial). Em Luanda, o/a

¹⁸ Idem. p. 90.

¹⁹ APARÍCIO, op. cit., p. 232.

²⁰ Disponível em <https://sites.google.com/site/tchiveka/> Acesso em 12/02/2020.

historiador/a têm à sua disposição um grande acervo de jornais, de mais fácil acesso do que na Hemeroteca de Lisboa, por exemplo. Nos arquivos luandenses o espaço onde os jornais estão depositados (no mesmo local da consulta), permite o contato visual e físico com o material pesquisado.

Jornais, documentos e relatórios oficiais são publicações que precisam ser lidos com cuidado. No caso dos periódicos, interessa saber se é direcionado ao público português ou angolano, se é separado por público-alvo, se foi censurado. E, como nos alerta Farge, lembrar que o material impresso existe para convencer e transformar a ordem dos acontecimentos. É “carregado de intenções, sendo que a mais singela e mais evidente é a de ser lido pelos outros”²¹ ; feito para atender a um grande número de pessoas e intencionalmente buscar divulgar e criar um pensamento.

A investigação acadêmica sobre o colonialismo português em África tem feito uso contínuo da imprensa como fonte documental de pesquisa e, além do mais, recorrido aos relatos jornalísticos da época para ilustrar o cotidiano colonial africano²². Como informa Isadora Fonseca, trabalhos no campo da história e sociologia, “como os estudos das elites africanas e das suas associações nas colónias portuguesas, são exemplos da valorização da imprensa e do jornalismo como fonte primária de investigação e ‘conhecimento’ em referência às notícias e aos conteúdos jornalísticos”²³. Da compreensão desse processo depende a complexidade da história que produzimos.

Em ambas as bibliotecas, das visitas, exigiam vestimenta formal, blusa social ou que cubra os ombros, a habilidade no uso do catálogo manual, com títulos que muitas vezes não constavam no acervo. Mas existiam no catálogo e vice-versa, o uso de luvas e máscaras, nem sempre disponíveis.

O enfrentamento à desconfiança em torno de como as informações colhidas seriam usadas, foi outro fator frequente. Existe um aumento crescente de pesquisadores estrangeiros em Luanda, embora o retorno dessas investigações, em termos de publicação e circulação de obras, seja quase inversamente proporcional à presença destes no país. Ou seja, muita pesquisa sobre Angola, mas publicadas e produzidas para um público externo à Angola, nas quais os maiores interessados, portanto, não têm acesso ao que foi escrito e produzido.

No livro *Combater duas vezes – mulheres na luta armada de Angola*, Margarida Paredes, antropóloga, e uma das precursoras no tema em questão, já assinalava que, ao entrevistar antigas combatentes da Luta de Libertação do MPLA, através da colaboração da secretária-geral da OMA, Luzia Inglês, conhecida por “camarada Inga”, teve de “ultrapassar uma ligeira hesitação da secretária

²¹ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009. p. 10.

²² FONSECA, Isadora. *A imprensa e o império na África Portuguesa, 1842-1974*. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, 2014.

²³ Idem

derivada da desconfiança que tinha ou tem para com os investigadores estrangeiros – *vocês só falam mal de nós!*²⁴.

Em seu percurso epistémico-metodológico, a pesquisadora narra que para entrevistar mulheres no ativo dos diferentes ramos das Forças Armadas Angolanas (FAA) (Marinha de Guerra, Força Aérea e Exército) precisou recorrer a “redes de influência, aliança e suporte que vieram a ser reconstruídas através das antigas afiliações a uma estrutura militar, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), o primeiro exército nacional”, da qual a autora fez parte²⁵.

Tal hesitação e desconfiança talvez se justifiquem também com base no contexto de guerra, no qual informações não podiam circular livremente, uma vez que a censura estava estabelecida e a vigília e efeitos nefastos do que se dizia ou fazia tornaram-se uma constante²⁶. Apesar do temor, em Angola, no caso dos pesquisadores estrangeiros, o acesso das pessoas em geral, e mulheres em particular, e mesmo nos arquivos, acontece tão somente em decorrência das redes de conhecimento, dos fluxos de informações e das influências entre pessoas conhecidas. Assim acessamos arquivos, bibliotecas e memórias.

Encontrei na produtora *Geração 80*, outro ponto de apoio na pesquisa do tema em Luanda. Na busca por vencer dificuldades inerentes à pesquisa de campo, no quesito deslocamento, como uma pesquisadora sozinha e dispondo de poucas redes de apoio em um país a princípio desconhecido, visualizei e transcrevi parte das entrevistas realizadas com mulheres das províncias de Angola (letradas e não letradas), produzidas para o documentário *Independência*²⁷. Do total das setenta entrevistas a que tive acesso por meio de uma lista com a referência das mulheres entrevistadas no projeto, visualizei e transcrevi algo em torno de quinze delas.

A intenção na visualização dessas entrevistas foi captar o universo de guerra em relação às outras províncias de Angola. O que permitiu reestabelecer um equilíbrio, evidente em termos de importância, entre o modo como a guerra foi vivenciada na capital e no interior do país. Exercício absolutamente necessário e indispensável como forma de compreender as dimensões apagadas em proveito quer de Luanda e/ou da região Mbundu, quer, de algum modo, os vestígios de uma outra interpretação da História. A ideia não foi encontrar a “verdade”, mas as reelaborações desse passado-presente (colonial), pelo contraste entre a memória individual e coletiva, e as especificidades daí assinaladas.

²⁴ PAREDES, Margarida. *Combater duas vezes – Mulheres na Luta Armada em Angola*. Lisboa: V/H, 2015. p. 91.

²⁵ Idem. p. 86.

²⁶ Não só. Para além da Guerra Civil, existia a ideia de manutenção no poder do Eduardo dos Santos. Críticas e questionamentos ao que ocorreu em Angola no pós-colonial também explicam esse controle todo.

²⁷ Com lançamento em 2015, *Independência* é documentário realizado pela Associação Tchiweka de Documentação e Geração 80. De ampla divulgação em Luanda e encontrado nos livrinhos da universidade, supermercados, papelarias e bibliotecas, o vídeo envolve depoimentos de homens e mulheres, combatentes ou apoiantes da guerrilha, os conflitos entre os grupos nacionalistas que reivindicavam a libertação e a experiência revolucionária nas matas. O filme tece memórias da luta anticolonial até o período de conquista da independência.

Na ATD, sob a coordenação da arquivista Wanda Lara e da historiadora Maria da Conceição Neto, já existe projeto em curso que objetiva transcrever todas as entrevistas realizadas ao longo do projeto mencionado, algumas delas já transcritas, embora não disponibilizadas ao público externo, ainda que o material visual esteja disponível para consulta.

Essas entrevistas foram realizadas por investigadores do projeto *nos trilhos da independência*, que juntou a Geração 80 e a ATD no compromisso de registrar as memórias (e histórias) dos que se envolveram na luta de libertação. É material que, além de revelar as memórias da situação colonial em Angola sob diferentes aspectos e perspectivas, materializa o amplo leque de possibilidades quanto à participação de mulheres camponesas que atuaram nesse processo de lutas.

Nem todas as entrevistas visualizadas foram publicadas no documentário *Independência*. Os depoimentos analisados são entrevistas curtas, de vinte a trinta minutos, realizadas em português, mas muitas vezes mediadas por um tradutor. As línguas — o kikongo, kimbundu, umbundu, entre outras foram e são fator determinante na comunicação entre entrevistados/as e entrevistadores/as e, durante a luta de libertação, entre os próprios combatentes.

Assim como o espírito de consciência política foi transmitido nas notícias das rádios em línguas nacionais, as canções de guerrilha, entoadas principalmente por mulheres, sobretudo dos meios rurais, são outra presença marcante tanto na chamada para a luta quanto nos lamentos de perda. Em algumas das imagens visualizadas, foi possível perceber a importância dessas canções na constituição da memória desse período, assim como a importância da figura feminina como peça central nessa sociedade.

Somado a isso, em Lisboa, na documentação examinada do Arquivo Histórico Militar, são frequentes, por exemplo, encontrar ocorrências de “sequestro”, “raptos”, “fuga”, “raptura” de mulheres e crianças pelos “in” (inimigos). Qual a intenção por trás desses sequestros se não houvesse um sentimento coletivo da importância dessas mulheres na manutenção da guerra? Tais contornos vão se delineando por meio dos depoimentos das mulheres, quer sejam camponesas quer sejam urbanas.

Isso também pode estar relacionado com a cobertura logística e de manutenção, por exemplo, das bases do MPLA. Quero dizer que as mulheres interferem no andamento da luta anticolonial através de ações coletivas e individuais, investindo no planejamento e execução de atividades agrícolas e *trabalhos da revolução*. Dado a importância e o aumento do nível de atividade das mulheres, o que possivelmente, de algum modo, além da violência sexual²⁸, utilizada massivamente como estratégia de guerra, associa-se aos sequestros de mulheres.

²⁸ Compreendida aqui como uma categoria mais ampla que envolve estupro, prostituição e gravidez forçadas.

Conforme expôs Marcelo Bittencourt, “o bom humor dos militantes, apesar das dificuldades e da consciência do que se estava enfrentando, criaria a expressão “zonas político-alimentares”²⁹. Esse tipo de constatação não estava relacionado apenas à denominação das casas dos indivíduos que prestavam apoio aos militantes e suas famílias nos momentos de maior carência. A guerrilha atuava em áreas onde as possibilidades não eram muitas e, portanto, pequenas ações, como a realização de lavras para o movimento, onde mulheres costumeiramente se concentravam, ou em sua ausência, a escolha de plantas alimentícias, como uma forma de sobrevivência, ganhava consistência, dadas as limitações concretas dos espaços.

Frente às insuficiências e escassez de todo tipo, que se organizou os trabalhos de base, da criação de lavras e busca de gênero alimentícios para o movimento, fazendo frente aos problemas mais imediatos. Diante disso, a própria concepção de “produção” foi profundamente modificada, interpretada não necessariamente como algo para atender uma necessidade, mas também um instrumento de modificação de realidades.

A visualização das entrevistas do projeto *nos trilhos da independência* ampliou minhas concepções sobre como mulheres das diferentes províncias de Angola, incluindo a capital, envolveram-se na guerra. Por meio do contato com esse material, ampliei o horizonte de expectativas quanto às atividades desenvolvidas pelas mulheres camponesas nesse processo de lutas, não na busca de “dar voz” a elas, mas na vontade de conferir visibilidade ao que já foi dito, embora muitas vezes não esteja escrito.

É certo que, como nos lembra Conceição Neto, o esquecimento ou reconhecimento dos fatos do passado podem passar por muitos fatores, como o estatuto social, questões de classe, gênero, raça, também por maior ou menor proximidade dos centros urbanos e locais de poder, mas “não menos importante será a capacidade das mulheres de se fazerem ouvir ou de ter alguém que fale em seu nome, como uma organização, um partido ou uma igreja”³⁰.

Como forma de complementar o material já consultado, realizei ainda entrevistas com pessoas que participaram direta ou indiretamente desse processo de lutas. Acessei as entrevistadas no boca a boca, por meio da indicação de conhecidos, angolanos/as e brasileiros/as, e das relações de confiança que foram tecidas no cotidiano. Isso também constituiu-se um limite, já que muitas das entrevistas concedidas foram realizadas por indicações de terceiros, que, nessa seleção inicial dos interlocutores, já indicavam nomes conhecidos.

²⁹ BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2002. p. 459. Tese de Doutorado.

³⁰ NETO, Maria da Conceição. A memória como matéria inflamável: reflexões a partir do caso angolano. In *Mulemba*. 2016. p. 11. Texto não encontrado no google do Brasil, mas disponível no google de Portugal. No artigo a autora menciona que foi publicado na Revista de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, *Mulemba*, em 2016, conforme referenciei acima. Mas não consegui encontrar a versão online, no site da revista.

E, como ocorreu com Messiant, as escolhas ulteriores, dependentes dos testemunhos já recolhidos, foram também fortemente marcadas pela situação do MPLA e de suas testemunhas. Ou seja, o trabalho de recolha de fontes orais confrontou-se com as circunstâncias do momento³¹. Em ambas as visitas a Luanda, entrevistei mulheres do MPLA, da UNITA e da FNLA. Na primeira, a maioria delas foram da OMA/MPLA. Na segunda ida, concentrando-se na busca de mais material e entrevistas de mulheres me concentrei nos depoimentos das mulheres ligadas aos outros movimentos. Nos arquivos, procurei vozes de mulheres anônimas, não necessariamente associadas aos movimentos de libertação. Muitas não sabiam ler e escrever e não há fontes textuais produzidas diretamente por elas.

O trabalho de recolha de fontes orais confrontou-se, também, por assim dizer, com as dificuldades inerentes ao trabalho de campo, com a minha posição de uma mulher negra, no primeiro olhar, lida por angolanas e angolanos como “mulata”, brasileira e estrangeira. Autorizada a andar por Luanda de forma mais ou menos suspeita, cuja posição muitas vezes não era óbvia. Aliado a isso também tinha minha pouca experiência com a história do país, em uma relativa ignorância, dependente sobretudo de meus próprios conceitos e pré-conceitos, com a dificuldade de interrogar as entrevistadas e, por outro lado, interpretar os discursos associados e submetidos à linha de uma história oficial.

Portanto, em um primeiro momento, eram testemunhos dispersos, incompatíveis entre si. Aos poucos, no entanto, confrontando os depoimentos com os registros escritos, começaram a fazer sentido, principalmente tendo em vista os processos de reelaboração e reconstrução desse passado-presente, muitas vezes banais, porém essenciais na singularidade dessa História, das experiências das angolanas na luta anticolonial.

Há um tempo, a historiadora Christine Messiant já chama atenção para o fato de como os usos e desusos das fontes orais, no caso vertente, podem ser tensos e de difícil apreensão, não uniformes em termos das informações que narram e, que variam muitas vezes com o tempo a critério de quem oferece determinado depoimento. E, em vista desse contexto, de como a produção tanto de depoimentos quanto de pesquisas históricas propriamente ditas podem constituir-se como um debate moral, do qual, neste trabalho, busco me distanciar. Messiant comentava ainda sobre a forma como seus depoentes variavam a narrativa de tempos em tempos, constituindo-se, assim, ao ser contrastado, como “um indicador de tudo que está por investigar”³².

³¹ MESSIANT, Christine. “Em Angola, até o passado é imprevisível”. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades atuais de investigação. Construindo o passado angolano: as fontes e a interpretação. In *Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000, p. 826.

³² Idem.

Ainda sobre as entrevistas, após suas realizações, a escolha para análise das informações se deu pela apresentação variada dos temas e pelas experiências com a luta anticolonial. Transcrevi algumas das entrevistas e, depois, selecionei episódios baseados nos tópicos centrais da tese, como contados pelas entrevistadas por meio de suas histórias e memórias. A depender da entrevistada, a duração da entrevista variou, em geral, entre 30 e 40 minutos. A maioria das entrevistas ocorreu na residência ou no local de trabalho das entrevistadas.

Conduzi a entrevista de modo a deixá-las livres para falar, com o mínimo de questionamentos diretos ou orientação, inclusive do ambiente. Nesse sentido, exprimiram-se livremente e (re)elaboraram suas memórias sobre a guerra e outras questões que consideravam relevantes em relação ao quadro de luta armada. A estrutura geral das entrevistas envolveu orientações sobre: i) informações pessoais; ii) o envolvimento e as percepções sobre a guerra; iii) as experiências pessoais e o impacto da luta no cotidiano e vivência familiar; iv) os campos de atuação e atividades militares na guerra; v) as músicas que cantavam; vi) os acontecimentos da luta armada que foram marcantes para a entrevistada ou para a família; vii) a percepção do envolvimento das mulheres na luta. Os questionamentos foram complexificados paulatinamente. Por sua vez, assistir às entrevistas produzidas pela ATD aumentou minha compreensão sobre o tema, e sobre e o foco nas questões centrais da luta de libertação.

Como dito anteriormente, fazer pesquisa em Luanda demanda a construção de redes de apoio para a permanência do/a pesquisador/a e para o trabalho de consulta aos arquivos e a diferentes acervos bibliográficos. Existe um reconhecimento no valor da informação e na habilidade do seu uso. Neste sentido, os próprios angolanos têm criado e proposto alternativas para seus problemas, mesmo diante das tensões entre a memória/lembança/evocação do passado e produção dos discursos sobre este passado-presente.

É habitual, por exemplo, a posse de registros documentais sob a tutela de pessoas comuns. Elas guardam documentos, material privado que muitas vezes não estão nas instituições públicas. Nesse contexto de luta anticolonial e pós-colonial, qualquer pessoa poderia portar documento. Essas e outras práticas de guarda de fontes escritas não produzem um arquivo, embora reconstituam a ideia do documento enquanto instrumento político e ideológico.

Maria da Conceição Neto menciona, por exemplo, que na época de sua participação no *Projeto Trilhos*, com visitas aos recônditos mais remotos dos centros urbanos, no norte e leste de Angola, as pessoas mostravam “documentos” da luta que eram distintos dos papéis preservados nos arquivos. A historiadora conta ainda que “as pessoas traziam e mostravam objetos para demonstrar como se vivia (ou sobrevivia) nas bases guerrilheiras e nos refúgios das matas”³³. Eram instrumentos que iam desde

³³ NETO, op. cit., 2016. p. 12.

fontes escritas até flechas, canhangulos, painéis de ferro, cestos, etc.³⁴ Em outras palavras, era a forma de construir sentido e registrar a História. É material que se imbrica com a própria história do país.

Tais registros escritos não são publicizados com facilidade, e ter acesso à parte desse material demanda a construção de relações de confiança. Para aceder a esse material, é necessário recorrer a uma política cotidiana, pequenos encontros, conversas, passeios, visualização de materiais outros que, muitas vezes, não possuem relação direta com o tema da pesquisa, embora contribuam pelo valor da informação e descoberta de formas outras, que não as oficiais, de acesso à história do país.

Essas relações também são usadas como instrumento de poder na vinculação estabelecida com o/a pesquisador/a. Sabe-se que o processo de comunicação, circulação e recepção da informação implica domínio de códigos “pertencentes a diferentes sistemas do simbólico e hierarquias políticas e sociais”³⁵. Apesar disso, é forma menos burocratizada de acesso à informação, mas nem por isso menos importante.

Essa posse de documentos pode estar relacionada ao modo como aqueles que participavam da luta de libertação tinham que montar e desmontar acampamento, tendo em vista a perseguição da polícia política de Portugal, a PIDE/DGS. Muitas vezes cavavam-se buracos para guardar documentos de guerrilha, contendo estratégias de guerra ou propagandas que discursavam contra o colonizador. Na documentação do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, existem referências de militares que encontraram alguns desses documentos em lugares secretos e camuflados.

Nos boletins técnicos de informações, por exemplo, o chamado *perintreps*, encontrei descrições referentes a Luanda, de 1966, em que consta notícia de africanos de ideias consideradas subversivas que escondiam dinheiro ou papéis considerados importantes, “no interior do forro da berguilha das calças, na parte superior dos botões; esse forro, com a pequena abertura nas costuras, serve de algibeira”³⁶. Ou seja, na “bainha das calças, dentro do forro”³⁷.

Em outro documento, de 1964, a Polícia de Segurança Pública (PSP), no boletim de “propaganda, contrapropaganda e ações psicológicas” detecta no musseque Rangel, em Luanda, “um caixote que esteve enterrado, e no qual constatou haver documentos datilografados de propaganda comunista, cartas manuscritas, livros subversivos e de propaganda e emblemas diversos dos países da Cortina de Ferro”³⁸.

Deste mesmo ano, existem, inclusive, notícias de documentos que foram capturados em operações militares. Em uma dessas fontes, a referência de uma “lista de soldadas femininas”,

³⁴ Idem.

³⁵ TAVARES, Ana Paula. A escrita em Angola: Comunicação e ruído entre as diferentes sociedades em presença. In *Angola on the move, transport routes, communications and history*. HEINTZE, Beatrix; ACHIM, Von Oppen (eds). Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck, 2008. p. 1.

³⁶ Portugal (PT) - Arquivo Histórico Militar (AHM) – FO-007-B-12-3-243-65.

³⁷ Idem.

³⁸ PT-AHM-FO-007-B-12-3-241-56.

constituída por “7 elementos”, para surpresa dos militares portugueses, que, no comentário do *perintreps*, afirma ser “a primeira vez que se referem elementos femininos combatentes”; quanto a participação direta, por parte das mulheres, na luta armada³⁹.

A apreensão de fontes angolanas foi tão recorrente que chegou a constituir sessão específica do *perintreps*, “documentos capturados”⁴⁰. Alguns estão escritos em línguas nacionais e foram capturados em regiões fronteiriças. Além de documentos, foi comum a captura de munições e medicamentos, e a prisão de mulheres e crianças⁴¹.

Uma vez iniciada a luta anticolonial, conforme aponta David Birmingham, o papel principal da polícia política portuguesa “consistia em seguir de perto a subversão negra”. Para tanto, a “polícia estava muito mais bem documentada quanto as alterações das aspirações rebeldes do que os próprios movimentos de libertação”⁴². Assim construíram um aporte documental, armazenando fontes de diversas naturezas e formando grandes arquivos.

Esse material possui valor considerável, não apenas para discutir a história desse período, mas também para identificar seus protagonistas, observar as diferentes versões do nacionalismo, orientações e estratégias proclamadas, rivalidade e oposições internas e entre as organizações, as crises e conflitos. Apesar disso, esses documentos pouco dimensionaram as aspirações, sensibilidades, vidas e lutas de homens e mulheres anônimos na luta pela emancipação de Angola. E, conforme Messiant reforça, “é sempre indispensável, para descodificar e muitas vezes validar essas fontes, saber muito mais do que contêm e dizem os arquivos, e isso passa pelo confronto rigoroso com outros documentos e grande número de testemunhos orais”⁴³.

Sobre essa documentação física, na Europa, mais particularmente em Portugal, persiste todo um debate quanto à restituição ou não de patrimônios materiais e documentais, como no caso dos manuscritos retirados ilicitamente do país durante o período da guerra de libertação, confiscados pela polícia política de Portugal (PIDE/DGS) e que estão nos arquivos portugueses.

Ou seja, mudar de esconderijo constantemente fazia parte do cotidiano da guerra e perdiam-se muitos documentos nesses deslocamentos. Alguns paravam nas mãos dos portugueses, outros nas mãos de pessoas comuns, que, por reconhecerem o valor da informação, guardavam-no. Assim, guardar documentos podia ser interpretado como forma de sobrevivência, de construção de estratégia contra o inimigo ou mesmo de poupar vidas.

³⁹ Idem.

⁴⁰ PT-AHM-FO-007-B-12-3-243-64.

⁴¹ PT-AHM-FO-007-B-13-42-76-49.

⁴² BIRMINGHAM, David. Colonialismo vs. Nacionalismo. In *Breve História da Angola Moderna* [Séc. XIX-XXI]. Lisboa: Guerra e Paz, 2017. p. 122.

⁴³ MESSIANT, Op. Cit, p. 856.

É evidente que depois os contornos vão se delimitando, e as pessoas passaram a guardar para lembrar, comprovar sua participação, mostrar aos filhos, como um instrumento de prova e validação das dificuldades vivenciadas no período de guerras. Independentemente disso, é historicidade e material que podem constituir chaves interessantes para compreender não apenas processos de construção de si, mas também caminhos intelectuais de sociabilidades que partem dessa experiência com o registro físico.

No trilho das angolanas

Em Lisboa, na visitação aos arquivos públicos, priorizei material que demonstrasse direta ou indiretamente como mulheres anônimas, principalmente das províncias de Angola, atuavam e usavam a guerra para proteger a si e as suas comunidades. Além da visualização dos depoimentos orais do *Projeto trilhos* e da realização de entrevistas, foi a forma que encontrei de vencer as dificuldades na constatação de que cada pessoa, homem, mulher, letrado, iletrado, das elites ou dos “povos”, pode ser importante no testemunho desse passado anticolonial.

Surpreendeu-me a gama de material manuscrito sobre o período de guerras no ultramar existente no Arquivo Histórico Militar (AHM). Interessou-me nesse arquivo o material do Arquivo do Ultramar, F7B, do comando militar de Angola de 1961 a 1975. Como mencionei, pesquisei especificamente nos chamados *perintreps*, que são relatórios técnicos de informações confidenciais com ordens de mobilização. Importou principalmente os relatórios de informação e contrainformação. Abri algo em torno de trinta e três caixas.

É documentação que sinaliza quanto à preocupação indireta do corpo militar com a participação das mulheres na luta de libertação. O foco não era nelas. Por meio dessas fontes, como dito anteriormente, militares portugueses mencionam a fuga e sequestro recorrente de mulheres e crianças angolanas pelos inimigos (“in”) ou pelas nossas tropas (“nt”).

Nesse acervo, por meio da leitura dos *perintreps*, foi comum a captura de roupas e utensílios domésticos necessários à retaguarda da guerra e também ocorrências como agressões à facada, paulada, furtos e roubos de rádio, de armas de fogo e de outros objetos; todos considerados “delitos” praticados também por mulheres, embora não em sua maioria, a depender do incidente. Nessa documentação, mulheres atuam na guerra como sujeitas e “objetos”, afinal não sabemos ao certo as inúmeras motivações que envolveram os sequestros.

Nesse arquivo, muito embora os registros estejam desclassificados, existiu certo impedimento na publicização das informações, por conterem dados pessoais de indivíduos que ainda estão vivos e participaram da guerra. Então, alguns dos documentos “confidenciais”, muitos deles nunca verificados, passaram por um processo de “expurgo” de informações, o que revelou o caráter

paradoxal do arquivo. Ao mesmo tempo em que essa disponibilização dos documentos no espaço público dessacraliza as fontes, novos cultos se desenvolvem em torno delas, reforçando crenças sociais. É tema polêmico que esbarra no direito de acesso e publicização da informação.

Somados os esforços na busca dessa documentação do ultramar, visitei ainda o Arquivo da Defesa Nacional (ADN). No AHM, descobri de que forma mulheres angolanas impulsionaram a guerra, a partir da retaguarda, mesmo que com protagonismo, gerando inclusive a necessidade de visibilização da sua participação, por meio de propaganda política. No ADN observei formas diferenciadas da participação de mulheres anônimas na guerra.

É evidente que toda essa documentação militar deve ser lida com cautela, pois é a interpretação dos colonizadores sobre as mulheres angolanas, nessa época consideradas “indígenas” e/ou “terroristas”, de forma genérica, muitas vezes sujeitas à hegemonia de uma escrita colonizadora, sexista e racista.

Assim como o AHM, o Arquivo da Defesa Nacional (ADN) guarda fontes do Ultramar sobretudo dos anos de 1950 a 1975. São ocorrências escritas por militares portugueses que passavam pelo gabinete do Ministro da Defesa. É documentação pouco explorada, principalmente no tocante aos boletins de ocorrência da PIDE/DGS, em que mulheres angolanas das províncias, segundo os militares, “colaboram” com o regime colonial, ainda que, ao mesmo tempo, possam também estar gerando “boatos” ou “fazendo uso da guerra” para se beneficiar.

Encontrei maior volume de informações no material do Secretariado-Geral da Defesa Nacional (SGDN/2REP). Examinei informações de 1967 sobre atividades “dos inimigos” por distritos, nomeadamente no Bié, Lunda, Moxico, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cabinda, Cuanza Sul, Huíla, Malange, Moçâmedes, Uíge e Zaire, de 1965-1974. Foi onde encontrei, por meio de notícias intituladas de “*atividades terroristas em Angola*”, material em que as mulheres das diferentes zonas acima referidas, se comunicavam, filtrado, evidentemente, pela escrita do colonizador.

Ao todo, abri em torno de trinta e cinco caixas. Investiguei material que versava sobre a atitude das populações, sobre as organizações femininas angolanas, como a Associação da Mulher Angolana (AMA) e a Organização das Mulheres de Angola (OMA), as informações da PIDE sobre Angola, os processos relativos à ação psicológica de contra subversão. No ADN, pude enxergar a atuação de mulheres que, independentemente de saberem ler e escrever, criaram condições para que a guerra se mantivesse.

Se na documentação da AHM, militares versam sobre a presença dessas mulheres na luta de libertação, movimentação em termos migratórios e de objetos, necessários a retaguarda da guerra, nas fontes do ADN elas agem, falam nas entrelinhas e, como os militares portugueses não gostariam, “dão cabo da situação”.

No arquivo da ADN, nos relatos de notícias recebidas pela DGS, encontrei, por exemplo, informações de mulheres que trabalhavam nas lavras dos acampamentos dos movimentos de libertação, com o objetivo de (re) abastecê-los de gêneros alimentícios. Havia ainda relatos de mulheres que abandonaram regiões onde se encontravam para fugir da fome, tendo em vista a destruição das plantações, e de “africanas” prestando esclarecimento sobre os acampamentos dos movimentos de libertação, como o MPLA.

Examinei ainda documento que diz respeito ao pedido de pesquisa em relação ao comportamento da rainha Nhyakatolo, do Distrito do Moxico, que, em 1966, segundo consta na documentação, estaria “comprometida com os terroristas”, embora a princípio tenha sido considerada, pelos militares portugueses, uma aliada. O que faz crer que mulheres, independentemente das diferenciações sociais, barreiras sociais, econômicas, de escolarização, sabiam da guerra, informavam-se, participavam, lutavam e usavam a guerra a seu favor.

O que essa documentação coloca em causa? Além da ideia de que somente homens estiveram na linha de frente e participaram efetivamente da guerra, o entendimento de que as mulheres angolanas são muitas, tanto em suas diferenças quanto em seus campos de atuação. Revela ainda que foram as circunstâncias que as levaram à luta, inclusive a ponto de enfrentar o medo, desespero, dúvida, insegurança, sofrimento.

Em Angola, houve centenas de mulheres que participaram da luta, seja transportando cargas, na alimentação, cozinhando, seja cuidando dos outros. Essas funções não eram secundárias em relação às funções de mulheres que seguiam nas linhas de frente da guerrilha. Ao contrário, foram essenciais na manutenção da guerra, como comprovam as entrevistas e documentações mencionadas e, simbolicamente, também levantaram armas. Resta saber as particularidades dessas dinâmicas.

Conceição Neto menciona que mulheres mentiram, foram espiãs e manobravam os portugueses em nomes de suas famílias e apoio à luta anticolonial. Viram pessoas morrerem, chorarem, sofrerem, sentiram dor, deslocarem-se e buscarem melhores condições de vida⁴⁴.

É fato que existiu um estatuto social que passou pelas dimensões de classe, gênero, raça, poder ou mesmo pela formação de organizações que falavam em nome de todas elas. Tais diferenciações influenciaram inclusive as distinções que existiram e ainda hoje existem no tratamento que durante e depois as consideradas “guerrilheiras” e “combatentes”⁴⁵ receberam. No entanto, esses estatutos não podem silenciar ou cristalizar essas participações apenas sob um ponto de vista. A construção de narrativas exemplares e heroicas constitutivas da criação de uma identidade nação⁴⁶ não dá conta da multiplicidade e graus de importância de outros tipos de participação.

⁴⁴ NETO, op. cit., p. 8.

⁴⁵ No livro *Combates duas vezes*, Margarida Paredes explica que guerrilheiras foram as mulheres que usaram fardas, com arma na mão...etc. As combatentes as mulheres que combateram sem arma na mão. PAREDES, op. cit., p. 34.

⁴⁶ NETO, op. cit., p. 8-11.

A historiadora Conceição Neto enfatiza que para cada figura dessas heroínas guerrilheiras existiram centenas de mulheres que cumpriram diferentes funções, no transporte de cargas, lavra, cozinha, cuidando uns dos outros, etc.⁴⁷

Com intenção de encontrar jornais lidos por pessoas comuns, e buscando entender quem eram essas mulheres angolanas, onde estavam, o que faziam, como atuavam ao longo desses treze anos de guerra, pesquisei ainda os jornais da Hemeroteca de Lisboa.

Visitei essa biblioteca de jornais tendo em vista o interesse na investigação do suplemento especial do Jornal ABC, *Tribuna dos Musseques*. Foi suplemento publicado dos anos de 1967-1969. É jornal que passou por censura. Encontrei inclusive material que versava sobre a censura desse jornal pela PIDE/DGS no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

No *Tribuna dos Musseques* encontrei textos do período acima referido que relatavam as atividades das mulheres nas ruas, experiências marcadas, segundo alguns relatos, pelo trabalho informal, na venda de alimentos da terra, produção agrícola, etc. São marcas, traços, vestígios, informações de como as mulheres estavam situadas como força de trabalho ao longo desse contexto de treze anos de luta anticolonial.

A pesquisa aos jornais da Hemeroteca precisou ser feita antecipadamente assim como o agendamento da consulta aos jornais. Como já sinalizado, os jornais não ficam no mesmo local de consulta e, até serem transportados, leva tempo. Muitos desses jornais também estão em Luanda, no Arquivo da Biblioteca do Governo Provincial, e são de fácil acesso. Alguns desses jornais, principalmente do pós-1975, não estão em Lisboa.

Além da Hemeroteca, investiguei ainda nos Arquivos da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Ultramarino. Em ambos os arquivos, para realizar pesquisas nos documentos oficiais e processos, existe a necessidade de se possuir um cadastro na base *digitarq*, que é um sistema de auxílio na busca de documentação pela internet⁴⁸.

Contudo, para realizar pesquisas em alguns arquivos específicos, como no caso dos documentos da PIDE/DGS, na Torre do Tombo, e dos manuscritos do Ministério do Ultramar, no Arquivo Histórico Ultramarino, é preciso estar no local da pesquisa, *in loco*.

Na Torre do Tombo, mais especificamente nos registros da PIDE/DGS, realizei pesquisas pelas palavras-chave “mulher”, no singular e no plural, e pelo nome das organizações femininas “OMA”, “AMA”, “LIMA”. Examinei todos os documentos que acessei a partir dessa busca inicial. Apesar de não ser o foco desta pesquisa, encontrei processos de presas políticas pela PIDE, angolanas e portuguesas que se juntaram aos movimentos de libertação de Angola.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Disponível em Torre do Tombo: <https://digitarq.arquivos.pt/>; Arquivo Histórico Ultramarino - <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/>. Acesso em 19/02/2020.

Além disso, identifiquei material de propaganda política do MPLA, panfletos “manuscritos em papel de embrulho e de envelope dirigido aos governos dos Distritos” e também colocados no armazém da fábrica, na lavanderia, pelos correios, com os dizeres: “morte aos colonialistas”. “Patrícios. Fogem desta terra. Vão dentro da cidade. Aqui haverá grande terramoto contra os brancos. Sempre UPA”, “vamos contra os brancos nesta terra, morrer vivA⁴⁹. Temos que ir a vingança, esta vez será o último dia”. São documentos apreendidos pela Delegação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado com atividades “inconvenientes” dos movimentos de libertação, muitas delas protagonizadas por mulheres.

No Arquivo Histórico Ultramarino, por sua vez, embora não tenha encontrado material que verse diretamente sobre a participação das mulheres na luta anticolonial, examinei nas fontes do fundo do povoamento e nos relatórios de inspeção que descreviam a situação política em Luanda e nas províncias de Angola. É documentação que auxilia na compreensão e redimensionamento do contexto da época, da forma como a guerra repercutia no cotidiano das pessoas.

Além disso, consulte o arquivo bibliográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, onde encontrei textos do campo dos estudos de gênero em Angola e Portugal que serviram de amparo ao entendimento de como mulheres comuns ergueram armas contra o colonialismo.

Enfim, dessa documentação, visitas a arquivos e bibliotecas mais diferenciados — Biblioteca Nacional de Luanda, Biblioteca do Governo Provincial de Luanda, ATD, Geração 80, AHM, ADN, Hemeroteca, Torre do Tombo, visualização e realização de entrevistas em Luanda — busquei indícios da participação das mulheres na luta de libertação.

É evidente que não usei todo o material pesquisado mencionado. Como afirma Silvia Lara, no que toca a análise das fontes, “para fazer história é preciso selecionar alguns deles e transformá-los em fontes de informação histórica”⁵⁰. Por ser tema com poucos registros escritos e mesmo de referências bibliográficas, houve a necessidade do uso e visita a arquivos diferenciados, a fim de dimensionar a vida social das mulheres angolanas para além do anedótico, como descrito em boa parte das fontes — daquelas produzidas no contexto colonial — do século XX.

Ainda como parte deste trabalho, os últimos dois meses que configuraram a pesquisa foram dedicados ao curso de inglês na *Oxford English Academy*, em Cape Town, África do Sul. Tendo em vista a crise global com o Coronavírus (SARS-COVID- 19) e consequentes desdobramentos deste contexto pandêmico, o curso foi interrompido.

Tratou-se de contexto em que, a respeito do decreto de março de 2020 do presidente Cyril Ramaphosa, devido as medidas de restrição à circulação e cancelamentos de voos de companhias

⁴⁹ Idem. Panfleto de caráter subversivo entregue a DGS. Grifo original.

⁵⁰ LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. In *Revista do Programa de Pós-graduação em História*. V. 15, n. 28, 2008. p. 2. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7953/4740> Acesso em 12/04/2020.

aéreas, permaneci retida em Joanesburgo, África do Sul, em *lockdown*, em hotéis próximos ao aeroporto, por cerca de duas semanas⁵¹. E depois disso retorno ao Brasil na condição de brasileira repatriada. Sob pressão pública, com o apoio da embaixada e consulado do Governo Federal.

Portanto, é pesquisa composta de documentação variada, muitos percursos e caminhos, idas e vindas. E que nasceu, por conseguinte, em três momentos: no pré-projeto, no trabalho de campo e na escrita. Contudo, profundamente demarcada pelas experiências e investigações de campo a partir de Luanda.

Conclusão

No Brasil, o campo dos estudos de gênero com foco em África e da história das mulheres em Angola é recente. Concentra poucos trabalhos de pesquisa. Atendendo aos chamados de reflexões localizadas, no âmbito dos estudos de gênero no continente, ressalto as pesquisas de Jacqueline Maia dos Santos, Jacimara Santana, Júlia Tainá Monticeli Rocha, Thuila Farias Ferreira e Vera Fátima Gasparetto. Todas intelectuais brasileiras que têm despontado no cenário nacional e realizado estudos sobre a história das mulheres nos diferentes países do continente africano.

Estas intelectuais têm pautado questões substantivas para o estudo de gênero em Angola, sobretudo para quem tem interesse no campo dos estudos africanos, em crescimento no Brasil. Neste campo, especificamente na academia brasileira, trata-se, também, de debate que nos lembrar a importância de incluir as temáticas relacionadas ao gênero e sobre a história das mulheres, com foco nas realidades africanas, nos currículos escolares e universitários brasileiros.

Debate ainda muito recente nestes espaços educativos no geral, Ensino Básico e Superior, e que resulta das possibilidades e vantagens de políticas de cooperação universitária “horizontais” entre países africanos e latino-americanos, a exemplo do Brasil e Angola.

Os dias atuais são sintomáticos da realização e expansão desses estudos no Brasil e no mundo. Tal fato assinala que uma trajetória longa de pesquisa ainda nos aguarda na tentativa de desfazer os silêncios deixados por essa falta de debate e de produção sobre o conhecimento acerca as diferentes temáticas que envolvem os estudos sobre o continente africano.

Referências bibliográficas

APARÍCIO, Alexandra. Fontes e contextos do Arquivo Nacional de Luanda: entrevista com Alexandra Aparício. In *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. N. 12, 2017. p. 240. Disponível em <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/fontes-e-contextos-do-arquivo-nacional-de-angola-entrevista-com-alexandra-aparicio/> Acesso em 10/04/2020.

⁵¹ Mais informações ver em: https://literaturacomunica.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Jornal-Literatura-Comunica_Brasileiros_no_Exterior.pdf & <https://literaturacomunica.com.br/jornal-lc/>. Acesso em 02/11/2021.

ASSIS, Yérsia. *África e seus legados: entrecruzando Brasil e Angola nos caminhos do ensino superior*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2021. Tese de Doutorado.

BITTENCOURT, Marcelo. *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Universidade Federal Fluminense, UFF, 2002. p. 459. Tese de Doutorado.

BIRMINGHAM, David. Colonialismo vs. Nacionalismo. In *Breve História da Angola Moderna* [Séc. XIX-XXI]. Lisboa: Guerra e Paz, 2017.

CAHEN, Michel. "Do ultramar ao pós-colonial. Reflexões de um historiador sobre Moçambique contemporâneo nos arquivos de Portugal e Moçambique." In. *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 10 (2020): 249-267.

CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 31, N. 1, p. 99-127, janeiro/Abril 2016. p. 99. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em 17/10/2018.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Mille. *De Angola à Nilo Peçanha: traços da trajetória histórica e da resistência cultural dos povos kongo/angola na região do Baixo Sul*. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC. Salvador, 2020. Tese de Doutorado.

FONSECA, Isadora. *A imprensa e o império na África Portuguesa, 1842-1974*. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, 2014.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. In *Revista do Programa de Pós-graduação em História*. V. 15, n. 28, 2008. p. 2. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7953/4740> Acesso em 12/04/2020.

MAGALHÃES, Nancy Alessio & MATSUMOTO, Roberta K. *Entreveres – memórias de estudantes angolanos e de moradores kalunga (Brasil-Angola)*. Brasília: LGE Editora, 2009.

MESSIANT, Christine. “Em Angola, até o passado é imprevisível”. A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, críticas, necessidades atuais de investigação. Construindo o passado angolano: as fontes e a interpretação. In *Actas do II Seminário Internacional sobre História de Angola*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)*. Brasília: tese de doutorado, UnB, 2007.

RAMOS, Karina Helena. *Kuzumbuca: painéis sem tampas - territorialidades, experiências sociais e trocas culturais do consumo alimentar em Luanda (1949-1973)* Tese de Doutorado. PUC-Rio, 2021.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou indício de uma falta. In *Revista de Estudos Históricos*. RJ, V. 9, n 17 (1996). p. 2 Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019> Acesso em 10/04/2020.

SANTOS, Jacqueline Lima. *Imaginando uma Angola pós-colonial: a cultura HipHop e os inimigos políticos da Nova República*. Campinas: Unicamp, 2019. Tese de Doutorado.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. *Na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial (1961-1974)*. 417f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43515/1/2021_DayaneAugustaSantosdaSilva.pdf. Acesso em 07 de janeiro de 2023.

_____. Mujeres angoleñas en la lucha anticolonial: historiografía, fuentes y memoria. In *Páginas, Revista digital de la Escuela de Historia Universidad Nacional de Rosario*. / año 13 – nº 32 Mayo-Agosto, 2021. Disponível em: <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas>. Acesso em 14/06/2021

_____. Gênero e os feminismo(s) africano(s). In *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, nº. 22, 2021. pp. 268-287. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/58416/38935>. Acesso em 01/10/2021.

SILVA, Santa Julia. *O Reino do Bailundo e os modos de viver e narrar as tradições: fragmentos de uma Angola Contemporânea*. Campinas: Unicamp, 2020. Tese de Doutorado.

SCOTT, Joan W. Experiência. In SILVA, Alcione Leite da; SOUZA, Mara Coelho de Lago; e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs., *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55. Disponível em https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf. Acesso em 18/06/2021.

PAREDES, Margarida. *Combater duas vezes – Mulheres na Luta Armada em Angola*. Lisboa: V/H, 2015.

PEREGRINO, Miriane. *Luanda Slam: a literatura angolana fora da página*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Tese de Doutorado

TAVARES, Ana Paula. A escrita em Angola: Comunicação e ruído entre as diferentes sociedades em presença. In *Angola on the move, transport routes, communications and history*. HEINTZE, Beatrix; ACHIM, Von Oppen (eds). Frankfurt am Main: Verlag Otto Lembeck, 2008

ZICMAN, Renée Barata. "História através da imprensa: algumas considerações metodológicas." In. *Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados de história* 4 (1985).